

FRANCISCO DULLIO: UM REPUBLICANO BRASILEIRO NA ÁFRICA ORIENTAL PORTUGUESA (1892-1906)

FRANCISCO DULLIO: A BRAZILIAN REPUBLICAN IN PORTUGUESE EAST AFRICA (1892-1906)

Frederico Antonio Ferreira¹

Endereço Profissional: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ Laboratório de
Economia e História, LEHI.

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, BR 465 km 7.

CEP: 23.897-970

Seropédica – RJ.

E-mail: arquivistafred@gmail.com

Resumo: Artigo buscar entender as relações do Brasil, do início da república, com a África Oriental Portuguesa. por meio da trajetória do vice-cônsul brasileiro na cidade portuária de Quelimane em Moçambique, Francisco Antônio Dullio Ribeiro entre os últimos anos do século XIX e os primeiros do século XX. A trajetória do agente foi importante por demonstrar o impacto dos ideais republicanos brasileiros sobre o império colonial português, especialmente na África Oriental. Se valendo da análise de documentos diplomáticos e periódicos, o artigo busca compreender as interações entre o Brasil, no período imediatamente posterior à abolição da escravatura, com a África Oriental – antigo polo de dispersão de populações para o trabalho escravo – e que naquele momento era um ponto importante nas disputas neocoloniais.

Abstract: This article seeks to understand the relations between Brazil, from the beginning of the republic, with Portuguese East Africa. through the trajectory of the Brazilian vice consul in the port city of Quelimane in Mozambique, Francisco Antônio Dullio Ribeiro, between the last years of the 19th century and the first years of the 20th century. The agent's trajectory was important for demonstrating the impact of Brazilian republican ideals on the Portuguese colonial empire, especially in East Africa. Using the analysis of diplomatic documents and periodicals, the article seeks to understand the interactions between Brazil, in the period immediately after the abolition of slavery, with East Africa – a former pole of population dispersion for slave labor – and which at that time was an important point in neocolonial disputes.

Palavras-chaves: Moçambique, Brasil, Republicanismo, Diplomacia, Neocolonialismo.

Keywords: Mozambique, Brazil, Republicanism, Diplomacy, Neocolonialism.

¹ Doutor em História pelo PPHR/UFRRJ, mestre em História também pelo PPHR/UFRRJ e graduado em Arquivologia pela UnB. Estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em História Comparada - PPGHC/UFRRJ. Suas pesquisas abordam temas como História da Política Externa, Memória e Patrimônio Documental. Enquanto historiador tem como área de interesse a política externa brasileira durante o 2º Reinado, especialmente àquela voltada para África no período. Faz parte do Laboratório de Economia e História - LEHI/UFRRJ. Na área de Memória e Patrimônio Documental, desenvolve atividades no Arquivo Histórico do Itamaraty no Rio de Janeiro e se dedica a atividades relacionadas a pesquisa sobre o valor social de documentos históricos e sua utilização. Integra o Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Patrimônio Bibliográfico e Documental, vinculado à Universidade Federal da Bahia - UFBA.

Entre rupturas e recomeços

Era o governo do General Ernesto Geisel (1974-1979), o país vivenciava os efeitos da primeira Crise do Petróleo (1973-1974) e o fim do Milagre Econômico. A Ditadura demonstrava que promoveria uma abertura lenta, segura e gradual do regime. Na política externa, havia a tendência à reafirmação da autonomia nacional diante dos estreitos limites da Guerra Fria. Novos posicionamentos na OEA e na ONU, restabelecimento das relações diplomáticas com a China Continental, pronunciamentos a favor da retirada de Israel dos territórios árabes ocupados. Neste contexto, o governo brasileiro foi o primeiro país a reconhecer o novo governo português, surgido após a Revolução dos Cravos (1975).

Diante da crise econômica que marcou a década de 1970, o modelo de diversificação de parcerias internacionais foi retomado e buscou-se o estabelecimento de novos mercados para os produtos nacionais. Neste ambiente, a política para com a África Negra ganhou novos elementos. Apoiou-se os movimentos de libertação no Zimbábue e Namíbia e finalmente o governo de Brasília tomou posição favorável a independência das antigas colônias portuguesas na África². Em 15 de novembro de 1975 reconheceu a independência de Moçambique e estabeleceu contatos com a Frente de libertação de Moçambique – Frelimo – chefiado por Samora Machel. Com isso o consulado geral brasileiro, criado na então Lourenço Marques (Maputo) em 1961, foi transformado em embaixada por meio do Decreto 76.967, de dezembro de 1975, tendo à frente o Encarregado de Negócios Bernardo Pericás Neto (1941- ...)³. Dava-se início, assim, a fase contemporânea das relações Brasil – Moçambique.

Apesar do entusiasmo causado pelo o início das relações entre o Brasil e o país africano após 1975, os contatos políticos, econômicos e sociais entre as populações residentes no Brasil e na costa oriental da África datavam de muito antes, e nem sempre se caracterizaram por uma perspectiva positiva. Ao mesmo tempo em que foi uma importante região dispersora de mulheres e homens expatriados para servirem ao trabalho compulsório na América⁴, as interconexões existentes criaram vínculos sociais e culturais que representavam sutis permanências entre estas duas regiões, aparentemente tão distantes.

² GARCIA, Eugênio Vargas. *Cronologia das relações internacionais do Brasil*. 2. ed. rev., ampl. e atualizada. Rio de Janeiro: Contraponto; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2005.

³ Fundação Alexandre de Gusmão. *Legações e embaixadas do Brasil*. Brasília: FUNAG, 2021.

⁴ FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico entre a África e o Rio de Janeiro, séculos XVII e XIX*. 5. ed. São Paulo: Editora da Unifesp, 2020.

Bem antes do estabelecimento das relações diplomáticas durante o Governo Geisel, uma série de outras iniciativas no sentido da criação de representações políticas naquelas paragens já haviam sido iniciadas. No final do Governo Juscelino Kubitscheck (1956-1961), por meio do Decreto 50.247, foi criado o consulado-geral em Lourenço Marques, então capital da província portuguesa de Moçambique. Oito anos antes criava-se um consulado honorário por meio do decreto 34.209, de 13 de outubro de 1953, durante o 2º governo Vargas (1951-1954). Mesmo antes, durante o governo de Epitácio Pessoa (1919-1922), um consulado em 1921⁵ foi ali instalado.

Para além da capital moçambicana, o governo brasileiro já possuía outras representações em cidades portuárias da África Oriental Portuguesa em diferentes períodos entre o século XIX e primeira metade do século XX. Poucos anos após a emancipação política brasileira, houve a tentativa de estabelecimento de um consulado na Ilha de Moçambique, norte do país, próximo à fronteira com a atual Tanzânia, em 1827, sem sucesso⁶. Mais de sessenta anos depois, já durante o governo do Marechal Deodoro (1889-1891), a ilha recebe um novo vice-consulado⁷. Este foi, pouco depois transferido para a cidade costeira de Quelimane em 1893 por Floriano Peixoto (1891-1894). Em 1920 instalou-se uma nova representação consular, desta vez na cidade da Beira⁸. Tais fatos ajudam a entender a longa e acidentada trajetória das representações políticas brasileiras em Moçambique e sua intrínseca conexão com os contextos políticos, econômicos e sociais vivenciados pelos dois países e que influenciaram a vida de populações entre o Índico e o Atlântico.

Na perspectiva, que envolve as relações políticas, econômicas e sociais de longa duração entre o Brasil e Moçambique nos séculos XIX e XX, este artigo busca entender por meio da trajetória do vice-cônsul brasileiro em Quelimane, o português Francisco Antônio Dullio Ribeiro, as relações do Brasil do início da república com a então Província de Moçambique entre 1892 a 1906. Para além da perspectiva da história nacional ou da combinação de diferentes histórias regionais, se procurará entender as interações do país – que apenas 04 anos antes abolira a Escravidão – com a metrópole portuguesa e suas possessões na África Oriental. Se valendo da análise de documentos diplomáticos relativos à representação brasileira na região e outros dedicados atuação profissional e política do

⁵ Leon Cohen. Ofício. 25/04/1922. Ofício de Leon Cohen, cônsul brasileiro em Lourenço Marques a Diretoria Geral do Negócios Estrangeiros. AHI:252/4/6, Arquivo Histórico do Itamaraty.

⁶ AHI: 238/2/3, Arquivo Histórico do Itamaraty.

⁷ AHI: 252/3/11, Arquivo Histórico do Itamaraty.

⁸ AHI: 252/4/6, Arquivo Histórico do Itamaraty.

personagem, busca-se analisar as interações entre os acontecimentos que marcaram os primeiros anos da república brasileira e os esforços portugueses em expandir seu império colonial no leste da África.

Muitas vezes, a História das Relações Internacionais, especialmente a História Diplomática, dá especial atenção às grandes decisões de monarcas, presidentes, chanceleres, embaixadores e seus equivalentes. Outros agentes envolvidos, principalmente da execução da política externa, têm sua atuação secundarizada ou mesmo não levada em conta. Considerando a configuração de um serviço exterior diferente daquele que conhecemos no final do século XX e início do século XXI, é de fundamental importância lançar luz a atuação de cônsules, vice-cônsules, agentes comerciais, adidos e secretários em localidades desprovidas de legações ou embaixadas. Suas ações assumiam importância política, econômica e social significativa, transcendendo muitas das vezes, as funções administrativas ou burocráticas para as quais foram criadas. Frente a isso, a trajetória do português Francisco Antonio Dullio enquanto vice-cônsul brasileiro em Quelimane torna-se digna de nota.

De Negociante a vice-cônsul

Francisco Antônio Dullio Ribeiro foi um advogado português que possuía escritório na cidade de Quelimane entre os últimos anos do século XIX e os primeiros do século XX⁹. Foi sócio de diversos empreendimentos comerciais que se estendiam pelas cidades portuárias de Lourenço Marques (Maputo) e Beira, assim como Tete, no interior, e mesmo em Goa na Índia¹⁰. Sua atuação possibilitou que se tornasse presidente da Câmara Municipal do Conselho de Quelimane e ainda juiz da comarca de Zambézia¹¹. Recebera do governo colonial na África Oriental a concessão de terras para agricultura às margens do rio Zambeze¹². Ele foi representado nos periódicos da época como um dos grandes

⁹ Francisco Antonio Dullio Ribeiro. Ofício. 15/12/1898. Ofício do vice-cônsul em Quelimane a Diretoria-Geral do Ministério das Relações Exteriores, AHI:252/4/6, Arquivo Histórico do Itamaraty.

¹⁰ Francisco Antonio Dullio Ribeiro. Ofício. 13/10/1894. Ofício do vice-cônsul em Quelimane a Diretoria-Geral do Ministério das Relações Exteriores. AHI:252/4/6, Arquivo Histórico do Itamaraty.

¹¹ Francisco Antonio Dullio Ribeiro. Ofício. op. cit.

¹² O Economista. nº2.765. 10º ano. Lisboa, sexta-feira, 21 de novembro de 1890, capa.

negociantes da região, fazendo concorrência às casas comerciais britânicas, francesas e alemãs ali instaladas¹³.

Fora agraciado com a Ordem de Cristo¹⁴ e posteriormente com o título de cavaleiro da Ordem da Conceição¹⁵. A Ordem de Cristo, criada no século XIV como uma ordem militar-religiosa, veio a tornar-se uma comenda secular no século XVIII. No século XIX foi transformada em um título honorífico. Ainda assim seguia gozando de grande prestígio e tinha precedência sobre as demais ordens e comendas oferecidas pela monarquia lusitana. Era destinada aos ocupantes dos mais altos postos administrativos, políticos e militares do reino¹⁶. A Real Ordem Militar de Nossa Senhora da Conceição, por sua vez, fora instituída durante o período joanino para homenagear a aclamação, no Rio de Janeiro, do príncipe regente d. João como rei de Portugal em 1818. Geralmente era concedida a personalidades originárias da nobreza lusitana ou da aristocracia¹⁷.

Aparentemente, as redes de sociabilidade de Francisco Dullio se estendiam à metrópole portuguesa e mesmo ao Brasil¹⁸. O chanceler Serzedelo Corrêa (1858 – 1932), sugeriu, em um dos documentos, que sua indicação para o vice-consulado em Quelimane fosse uma sugestão do representante português junto ao governo do Marechal Floriano Peixoto¹⁹. Desta forma Dullio foi nomeado vice-cônsul em junho de 1892²⁰.

O chefe da repartição consular na Ilha de Moçambique era José Pereira de Carvalho, nomeado no ano anterior. Segundo o representante português no Rio de Janeiro, era um negociante próspero também com empreendimentos em Moçambique e na Índia, que vivia na África Oriental a mais de 30 anos. Era sócio de Dullio na firma Pereira, Dullio & C^a. Carvalho²¹. Sua indicação se devia, por sua vez, ao fato de ser próximo ao Secretário dos Estrangeiros português Conde de Paço d' Arcos²².

¹³ O Economista. nº 3.273. 11º Ano. Lisboa, sexta-feira, 12 de agosto de 1892, capa.

¹⁴ Jornal da Noite. Nº 6342. 21º ano, quinta-feira, 09 de abril de 1891, p. 2.

¹⁵ O Economista. nº 2.875. 10º Ano. Lisboa, quinta-feira 10 de abril de 1891, p. 2; Jornal da Noite. Nº 6099. 20º ano, sábado, 12 de julho de 1890, p. 3.

¹⁶ MELO, Olímpio de. *Ordens militares portuguesas e outras condecorações*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1922.

¹⁷ FORJAZ, Pamplona Jorge Eduardo de Abreu. *Mercês Honoríficas do Século XX: 1900-1910*. Lisboa: Guarda-Mor, 2012.

¹⁸ João Felipe Pereira. 05/08/1893. Minuta de despacho de funcionário do Ministério das Relações Exteriores a José Pereira de Carvalho, cônsul na Ilha de Moçambique, AHI:252/4/6, Arquivo Histórico do Itamaraty.

¹⁹ Santa Roza. 29/07/1896. Carta do embaixador português no Brasil, ao consulado brasileiro na Ilha de Moçambique. AHI:252/4/6, Arquivo Histórico do Itamaraty.

²⁰ João Felipe Pereira. 05/08/1893. Minuta de despacho de funcionário do Ministério das Relações Exteriores a José Pereira de Carvalho, cônsul na Ilha de Moçambique, AHI:252/4/6, Arquivo Histórico do Itamaraty.

²¹ José Pereira de Carvalho. 25/04/1893. Ofício do cônsul na Ilha de Moçambique ao ministro das relações exteriores. AHI:252/4/6, Arquivo Histórico do Itamaraty.

²² Santa Roza. 29/07/1896. Carta do embaixador português no Brasil, ao consulado brasileiro na Ilha de Moçambique. AHI:252/4/6, Arquivo Histórico do Itamaraty.

A nomeação de um representante consular brasileiro para Moçambique se dava em um momento delicado do neocolonialismo português na região. Dentro do contexto das invasões neocoloniais sobre o continente africano após a Conferência de Berlim (1884-1885) e em meio aos desdobramentos da crise gerada pelo Ultimatum inglês de 1890, a ameaça britânica e alemã às possessões lusitanas na África Austral era motivo de preocupação²³. Entre as décadas de 1880 e 1890, o governo colonial português inicia uma série de reformas visando dinamizar a economia local por meio do estabelecimento de companhias comerciais, muitas delas em parceria com empresas estrangeiras²⁴.

Dentre todos estes conflitos, talvez o mais emblemático tenha sido a guerra contra o chamado Reino de Gaza, ou Império Gaza. Ocupando áreas da parte centro-sul de Moçambique, nordeste da África do Sul e sul do Zimbábue, o Estado controlado por Nguandunhane, chegou a controlar 90 mil km². De modo a fazer frente a expansão colonial sob a região, se valia de uma estratégia que conjugava confronto militar e relações diplomáticas com diferentes potências ele desafiava o império colonial português²⁵.

Buscando a efetivação da conquista territorial, outros poderes locais que poderiam fazer frente ao predomínio português na região foram derrotados. Por outro lado, buscava-se e dissuadir outros países europeus. Houve a abertura dos portos, baías e enseadas da África Oriental Portuguesa ao comércio externo. Tal fato foi comunicado ao governo do Rio de Janeiro por meio da nota diplomática de 23 de dezembro de 1889²⁶.

Com a intensificação da atuação comercial para as cidades costeiras mais ao sul, Pereira sugeriu a transferência da repartição consular para Quelimane, próximo a foz do Zambeze. Aquele porto fora importante no embarque de escravizados para a América na primeira metade do século XIX²⁷, e agora retomava importância frente às mudanças econômicas em andamento na região e já possuía as representações francesa, alemã e norte-americana, assim como da Suécia-Noruega e Espanha²⁸. Tal sugestão foi prontamente aceita pelo representante português no Brasil e pelo governo do Rio de

²³ ALMEIDA, Miguel Pelágio Santos de. *A Pacificação de Moçambique no Final do Século XIX, à Luz da Velha Aliança*. Trabalho de Investigação Aplicada. Academia Militar. Lisboa, 2009.

²⁴ NEWITT, Malyn. "7. Moçambique". In: ALEXANDRE, Valentin. DIAS, Jill. (Coord.). *Nova História da Expansão Portuguesa*. O Império Africano (1825-1890). Vol. X. Lisboa: Editora Estampa, 1998.

²⁵ WHEELER, 1968.

²⁶ Manoel Garcia Ruas. Nota. 23/12/1889. Nota diplomática ao ministro das relações exteriores do Brasil, Quintino Bocaiúva. AHI:288/2/11, Arquivo Histórico do Itamaraty.

²⁷ NEWITT, Malyn. "7. Moçambique". In: ALEXANDRE, Valentin. DIAS, Jill. (Coord.). *Nova História da Expansão Portuguesa*. O Império Africano (1825-1890). Vol. X. Lisboa: Editora Estampa, 1998.

²⁸ Francisco Antonio Dullio Ribeiro. 05/12/1898. Ofício do vice-cônsul em Quelimane ao Diretor Geral do Ministério. AHI:252/4/6, Arquivo Histórico do Itamaraty.

Janeiro²⁹. Contudo, a sua sugestão para a abertura de um vice-consulado na Goa Portuguesa, subordinado a sua jurisdição já não foi tão bem recebida. Os documentos ministeriais a esse respeito alegavam que tal requisição só seria benéfica aos negociantes moçambicanos com negócios na Índia³⁰.

José Pereira de Carvalho aparentemente abandonou o cargo em 1898, ao partir para a Europa. Francisco Dullio acabou por assumir a chefia da representação brasileira, porém sem o reconhecimento pelo governo colonial português, sua atuação foi bastante comprometida³¹. Mesmo assim, suas missivas provocavam o governo brasileiro a que promovesse o consumo de produtos na África Oriental por meio do envio de agentes comerciais para as cidades mais importantes de Moçambique³². Em suas correspondências enviadas ao Brasil, demonstrava grande admiração pela república brasileira e seu modelo federativo. Lamentava o que ele chama de “conflito fratricida” ocasionado pela segunda Revolta da Armada, e se congratula com a vitória das forças leais ao presidente Floriano Peixoto³³.

As opiniões e sentimentos expressados por Francisco Dullio em seus ofícios demonstram como que o conturbado momento político dos primeiros anos do regime republicano no Brasil gerava repercussões, não apenas na metrópole portuguesa, mas também em diferentes outros pontos de seu império colonial na África. Isso suscita a reflexão sobre as rupturas, assim como das permanências e continuidades dos contatos entre o Brasil e a África nos primeiros anos após a Abolição.

Saúde, Fraternidade e balas de canhão

Esta mesma república brasileira, a qual Francisco Dullio Ribeiro esforçava-se por representar, vivia tempos conturbados. Passados apenas seis anos da abolição da escravatura e no quinto ano após a Proclamação da República, o país experimentava uma

²⁹ Santa Roza. 29/07/1896. Carta do embaixador português no Brasil, ao consulado brasileiro na Ilha de Moçambique. AHI:252/4/6, Arquivo Histórico do Itamaraty.

³⁰ Santa Roza. 29/07/1896. op. cit.

³¹ Francisco Antonio Dullio Ribeiro. 03/10/1894. Ofício do vice-cônsul em Quelimane ao Diretor Geral do Ministério. AHI:252/3/4, Arquivo Histórico do Itamaraty.

³² Francisco Antonio Dullio Ribeiro. 15/12/1898. Ofício do vice-cônsul em Quelimane ao Diretor Geral do Ministério. AHI:252/3/4, Arquivo Histórico do Itamaraty.

³³ Francisco Antonio Dullio Ribeiro. 03/10/1894. Segunda da mesma data. Ofício do vice-cônsul em Quelimane ao Diretor Geral do Ministério. AHI:252/4/6, Arquivo Histórico do Itamaraty.

série de crises políticas, econômicas e sociais que colocavam em risco tanto o novo regime quanto mantinham vivo o fantasma do retorno monárquico³⁴.

Os esforços do primeiro governo republicano em ampliar a economia por meio do incentivo as indústrias, acabou por ter um efeito deletério em toda a economia. O aumento da circulação do papel-moeda levou o país a uma crise econômica de grandes proporções. A chamada Crise do Encilhamento (1889-1891), induziu um processo inflacionário e a desvalorização cambial³⁵.

Na esfera social o cenário também não era muito distinto. multidões de mulheres e homens, antes alojados em propriedades rurais como escravizados, foram abandonados a sua própria sorte em um mercado agora regido pelo trabalho assalariado. O mesmo ímpeto que mobilizou diferentes setores da sociedade brasileira em torno da Abolição da Escravatura, não se manteve após a Lei Aurea de 1888³⁶.

Politicamente, o regime republicano tinha dificuldades em estabilizar-se. As oligarquias estaduais, adeptas à uma maior descentralização política, entraram em conflito com militares que apoiavam a acumulação de poderes nas mãos do Executivo Federal. Tais embates marcaram o Governo Provisório do Marechal Deodoro da Fonseca (1889-1891), assim como o de Marechal Floriano Peixoto (1891-1894). Estavam em luta duas propostas de republicanismo: uma focada na estabilidade e na centralização, apoiada principalmente no poder militar, e outra economicamente liberal e politicamente descentralizada assentada nos grandes proprietários estaduais³⁷.

Alguns destes atritos saíram da esfera do debate parlamentar ou das páginas de jornal e chegaram às vias de fato. Diante da indisposição do governo Floriano Peixoto, até então vice-presidente de Deodoro, em convocar novas eleições presidenciais, generais do exército publicam uma carta em 1892 exigindo o cumprimento da Constituição recém-promulgada e a convocação de eleições. O presidente determinou a prisão dos envolvidos e seu degredo na Amazônia. No mesmo ano explodiu a Revolução Federalista no Rio Grande do Sul, que dentre outras reivindicações exigia a saída de Floriano da presidência³⁸.

Em um clima de pressão política crescente, em setembro de 1893, oficiais da marinha, reclamam pela realização do pleito. Liderados pelo Almirante Custódio José de Melo, cerca de quinze navios de guerra fundeados na Baía da Guanabara, assumiram

³⁴ FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 14 Ed. atual. e ampl. São Paulo: Editora da USP, 2012.

³⁵ PIRES, Marcos Cordeiro. *Economia brasileira: da colônia ao governo Lula*. São Paulo: Saraiva, 2010.

³⁶ MARINGONI, Gilberto. O destino dos negros após a Abolição. In: *Desafios do Desenvolvimento*. Ed. 70. São Paulo: IPEA, 2011, p. 70-85.

³⁷ FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 14 Ed. atual. e ampl. São Paulo: Editora da USP, 2012.

³⁸ FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 14 Ed. atual. e ampl. São Paulo: Editora da USP, 2012.

posição de ataque e ameaçaram bombardear a capital da república caso o governo Floriano não convocasse o sufrágio³⁹.

A pouca adesão do oficialato da marinha brasileira à causa republicana faz ressurgir o temor da restauração monárquica, o que levou o Partido Republicano Paulista e o exército a se aproximarem do governo Floriano em nome da manutenção da ordem. Assim, a defesa do governo Floriano Peixoto passou a ser identificado com a defesa da própria República recém-inaugurada⁴⁰.

O governo buscava então articular uma reação. Declarou o Rio de Janeiro cidade aberta, isto é: não revidaria aos ataques, obteve o apoio dos navios estrangeiros ancorados no litoral carioca e transferiu a sede do governo para a região serrana. Na esfera internacional conseguiu o apoio do governo norte americano, do democrata Glover Cleveland (1837-1908). O chefe da legação brasileira em Washington, Salvador de Mendonça (1841-1913), obteve financiamento junto ao banqueiro e empresário norte-americano Charles Ranlett Flint (1850-1934)⁴¹, para a aquisição de doze navios de guerra e a arregimentação de combatentes. Foi uma frota organizada às pressas, com belonaves obsoletas e navios mercantes adaptados para o combate. Os soldados recrutados eram marinheiros disponíveis no porto de Nova York⁴². A esquadra, capitaneada pelo almirante Andrew Benham⁴³ chegou à Baía de Guanabara em março de 1894 vindo a juntar suas forças com as tropas legalistas.

³⁹ GARCIA, Eugênio Vargas. *Cronologia das relações internacionais do Brasil*. 2. ed. rev., ampl. e atualizada. Rio de Janeiro: Contraponto; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2005.

⁴⁰ SCHULZ, John. *O exército na política: origens da intervenção militar, 1850-1894*. São Paulo. Edusp, 1994.

⁴¹ Charles Ranlett Flint (1850-1934). Empresário e banqueiro norte americano que atuou em diferentes áreas da economia como transportes e importação de borracha, porém destacou-se como proprietário de diferentes *holdings* e *trusts* nos Estados Unidos. A mais importante delas foi a fusão de diferentes firmas dedicadas ao registro, contabilização e armazenamento de dados financeiros na *Computing-Tabulating-Recording Cia.* em 1911, que posteriormente veio a se tornar a *International Business Machines Corp.* – IBM. Entre 1876 e 1879, atuou como cônsul do Chile em Nova York e como cônsul-geral da Nicarágua e da Costa Rica nos Estados Unidos. Foi um dos delegados norte-americanos da 1ª Conferência Pan-Americana realizada em Washington em 1888. Além de armar uma esquadra para a república brasileira em 1893, intermediou a venda de navios chilenos para o Japão, se utilizando do governo equatoriano, durante a 1ª Guerra Sino-Japonesa. Ver CASHMAN, Sean Dennis. *America in the Gilded Age: From the Death of Lincoln to the Rise of Theodore Roosevelt*, New York: New York University Press, 1984.

⁴² TOPIK, Steven C. *Comércio e canhoneiras: Brasil e Estados Unidos na Era dos Impérios (1889-97)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

⁴³ Almirante Andrew Ellicott Kennedy Benham (1832-1905), veterano da marinha de guerra dos Estados Unidos tendo servido durante a Guerra da Secessão (1861-1865), assim como no Extremo Oriente entre as décadas de 1840 e 1850 e no Paraguai, em 1858, onde chefiou uma missão militar de modo a pressionar o governo de Assunção a se desculpar por atirar contra um navio norte-americano. Ver BURKE, Arleigh Albert. *Foreword, Dictionary of American Naval Fighting Ships*, I -Part A. Naval History Division (ed.), Washington, D.C.: United States Government Printing Office, 1991.

A superioridade das forças florianistas era notória a partir de então. Sem apoio em terra firme, a esquadra de Saldanha da Gama tentou tomar Niterói sem sucesso⁴⁴. Diante da derrota iminente, ofereceu-se uma rendição. Entre as propostas dos amotinados estavam: a garantia de vida para soldados, a possibilidade de exílio para os oficiais e a entrega dos capturados. Por sua vez ofereciam a devolução dos prisioneiros que estivesse sob seu poder assim como a entrega das embarcações e das fortalezas sob seu controle. Contudo, o governo de Floriano mostrava-se impassível.

Diante do futuro incerto, os insurgentes buscaram alternativas. Algo entre 495 a 525 soldados pediram asilo ao governo português, refugiando-se nos navios Mindelo e Affonso de Albuquerque, embarcações lusitanas que faziam parte da Divisão Naval da África Ocidental e América do Sul, vindos de Angola⁴⁵. O comandante de fragata, o português Augusto de Castilhos, ex-governador geral da colônia de Moçambique entre 1885 a 1889, aceitou o pedido⁴⁶. O jornal carioca “Dom Quixote: revista Ilustrada”, em uma de suas edições de 1895, traz uma ilustração feita pelo célebre Angelo Agostini retratando o embarque desesperado dos insurgentes e traz em sua legenda:

O capitão de fragata Augusto de Castilho, commandante da corveta portugueza, “Mindello” e o episodio do asylo concedido aos revoltosos brasileiros que assim ficaram salvos da morte em 13 de março de 1894 – no porto do Rio de Janeiro⁴⁷.

Inicia-se uma disputa no foro diplomático entre a república brasileira e a monarquia portuguesa. O governo Floriano Peixoto exige a entrega dos amotinados, acusando-os de crime de pirataria, logo não fazendo jus a pedido de asilo político. Contudo a legação portuguesa, após muitos debates, confirmou a decisão do comandante Castilho, porém comprometeu-se a não permitir seu desembarque no território brasileiro até uma decisão final⁴⁸.

⁴⁴ GARCIA, Eugênio Vargas. *Cronologia das relações internacionais do Brasil*. 2. ed. rev., ampl. e atualizada. Rio de Janeiro: Contraponto; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2005.

⁴⁵ FREIRE, João. *Augusto Castilho e a revolta da Marinha Brasileira em 1893-94*. Lisboa: Academia de Marinha, 2018.

⁴⁶ BRASIL. *Relatório apresentado ao vice-presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil pelo Dr. Alexandre Cassiano do Nascimento Ministro de Estado das Relações Exteriores em maio de 1894*. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. 1894; COSTA, Sérgio Corrêa da. *A Diplomacia do Marechal*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1979.

⁴⁷ DON QUIXOTE: JORNAL ILLUSTRADO DE ANGELO AGOSTINI. Nº. 2. Ano 1. Rio de Janeiro, sem data.1895, p. 04.

⁴⁸ BRASIL. *Relatório apresentado ao vice-presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil pelo Dr. Alexandre Cassiano do Nascimento Ministro de Estado das Relações Exteriores em maio de 1894*. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, 1894.

Diante da impossibilidade de os navios retornarem à Portugal, estes dirigiram-se à Buenos Aires, capital da Argentina, de modo a que dali, rumassem possivelmente para Angola⁴⁹. Em escala na capital uruguaia, 254 dos amotinados fugiram das embarcações – incluindo Saldanha da Gama – que e vêm a incorporar-se às forças de oposição a Floriano, agora já instaladas na capital de Santa Catarina⁵⁰.

O governo brasileiro, ante ao fato, rompeu relações diplomáticas com a monarquia portuguesa em maio de 1894. Tal decisão foi ratificada pelo Congresso e repercutida nos jornais, especialmente sulistas. Não tardou para que fossem feitas as conexões entre o apoio português aos amotinas – ainda que sutil e figurado de ajuda humanitária – e a ameaça de uma restauração dos Bragança no Brasil⁵¹.

A busca do governo de Floriano pelo apoio dos Estados Unidos e a reação radical à monarquia portuguesa, além dos efeitos imediatos ligados a Revolta da Armada, representavam um rompimento com a própria tradição imperial europeia da qual a monarquia brasileira era signatária⁵². Logo, um conflito intestino da jovem república ganhava ares de crise internacional.

Não tardou para que a notícia do rompimento diplomático entre o Brasil e Portugal chegasse a África Oriental Portuguesa. Seus efeitos influenciaram na atuação do vice-cônsul Francisco Dullio em Moçambique. Ele, por sua vez, não se furtou a oportunidade de expor suas opiniões e sentimentos quanto a situação política vivenciada no Brasil. Em outubro de 1894, redigiu um ofício endereçado ao Visconde de Cabo Frio⁵³, então diretor-

⁴⁹ HEINSFELD, Adelar. A ruptura diplomática Brasil-Portugal: um aspecto do americanismo do início da República brasileira. In: *Anais do XXIV Simpósio Nacional de História*. São Leopoldo: ANPUH, 2007, p. 01-10.

⁵⁰ GARCIA, Eugênio Vargas. *Cronologia das relações internacionais do Brasil*. 2. ed. rev., ampl. e atualizada. Rio de Janeiro: Contraponto; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2005.

⁵¹ HEINSFELD, Adelar. A ruptura diplomática Brasil-Portugal: um aspecto do americanismo do início da República brasileira. In: *Anais do XXIV Simpósio Nacional de História*. São Leopoldo: ANPUH, 2007, p. 01-10.

⁵² HEINSFELD, Adelar. A ruptura diplomática Brasil-Portugal: um aspecto do americanismo do início da República brasileira. In: *Anais do XXIV Simpósio Nacional de História*. São Leopoldo: ANPUH, 2007, p. 01-10.

⁵³ Joaquim Tomás do Amaral (1818-1907). Segundo Barão com grandeza de Cabo Frio e posteriormente Visconde com grandeza de Cabo Frio. Foi um diplomata brasileiro. Serviu por mais de sessenta anos à Secretaria dos Negócios Estrangeiros – futuro Ministério das Relações Exteriores – atuando como Diretor Geral do órgão até sua morte. Nascido no Rio de Janeiro, era filho de Antônio José do Amaral e Maria Benedita Carneiro da Silva Amaral. Arbitro da comissão mista Brasil – Grã-Bretanha em Serra Leoa. 1845-1851: Adido e, a partir de 1850, encarregado de negócios em Londres. 1854-1855: Secretário de legação em Paris. 1855-1856: Encarregado de negócios, interino, na Confederação Argentina e em Buenos Aires. 1856-1858: Encarregado de negócios na República Oriental do Uruguai. 1858-1859: Ministro residente, em missão especial, na República do Paraguai. A missão especial no Paraguai, em 1858, foi enviada para oferecer a mediação do Brasil na solução das reclamações pendentes entre o Paraguai e os Estados Unidos. 1861: Ministro plenipotenciário em Bruxelas. 1865 mar. 21: nomeado diretor-geral da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros. 1867. Enviado extraordinário e ministro plenipotenciário em missão especial no Rio da Prata (Argentina e Uruguai). 1869: Reassumiu o cargo de diretor-geral, cargo que exerceu até a data de seu falecimento. Ver Fundação Alexandre de Gusmão. *Legações e embaixadas do Brasil*. Brasília: FUNAG, 2021.

geral do Ministério, onde expressava sua admiração pelo regime inaugurado em 15 de novembro de 1889 e sua preocupação com seu destino.

Nos acontecimentos e na lucta fratricida porque acabam de passar os Estados Federais, acompanhei sempre, ainda que de longe, o governo da Republica, com os meus sinceros votos pela victoria da causa legal, não só pelo dever que me impunha o cargo de que estou encarregado, o qual alias para desempenhar não vejo embaraço por não ter sido até agora reconhecida pelo governo portuguez a minha qualidade de vice-consul, mas tambem pela viva sympathia que sempre me inspirarão a causa do governo legal e as instituições que regem os Estados Federaes desde 15 de Novembro de 1889, dia para mim duplamente memoravel, por ser tambem o do meu anniversario natalício.

Como, pois, com esse relatório, um é participado oficialmente a suspensão das relações diplomáticas com o governo portuguez, todos os meus actos de futuro serão subordinados a este acto internacional, até que por esse ministério me seja determinado o contrario⁵⁴.

O advogado, membro do legislativo local e magistrado naquela colônia, apesar de estar geograficamente longe do Brasil, esforçava-se por demonstrar proximidade com relação ao conturbado cenário político pelo qual passava a jovem república. Súdito da coroa portuguesa e envolvido diretamente na administração da província de Moçambique escreveu expressando sua admiração pela causa republicana brasileira, com especial ênfase em seu caráter federativo. Até mesmo o fecho oficial republicano era utilizado em seus documentos, a saudação “Saúde e Prosperidade” ao invés do tradicional “Deus guarde a Vossa Excelência”, comum nos documentos diplomáticos do período monárquico⁵⁵. Ao mesmo tempo depositava sua adesão a legalidade do governo do vice-presidente Floriano Peixoto. Em uma colônia com na qual a administração era fortemente centralizada pelo governo metropolitano e cujo território fora dividido entre companhias comerciais, a ideia de uma república federativa era uma possibilidade longínqua.

Enquanto no Brasil o sistema republicano já era uma realidade, no império português este seria um processo longo e mesmo sangrento. Os primeiros movimentos em torno dos ideais republicanos surgem em Portugal na década de 1870 e se consolidam com o aparecimento do partido republicano português no início da década seguinte. Tais

⁵⁴ Francisco Antonio Dullio Ribeiro. Ofício. 03/10/1894. Ofício do vice-cônsul em Quelimane ao diretor geral do ministério. AHI:252/4/6, Arquivo Histórico do Itamaraty.

⁵⁵ CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

princípios passaram a existir como uma reação ao liberalismo conservador iniciado na década de 1820 e intrinsecamente ligado a monarquia parlamentar, que ganhou o poder após a Guerra Civil portuguesa (1831-1834). Não obstante, até a década de 1890 tinha pouca adesão, mesmo que nos círculos intelectuais lusitanos⁵⁶.

Somando-se a crise econômica e a inoperância do pequeno país europeu frente aos grandes desafios que seu vasto império colonial impunha, as transformações que ocorriam no mundo atlântico no final do século XIX também se fizeram sentir. A queda da monarquia no Brasil em 1889, destronando o ramo americano da Casa de Bragança, acabou por servir de inspiração para o pequeno partido republicano português, que partindo dos movimentos proletários urbanos começou a permear camadas do baixo oficialato do exército, até então alinhado a monarquia⁵⁷.

Enquanto isso, no império colonial, o choque dos projetos português e britânico no interior da África Austral levaram ao estremecimento das tradicionais relações entre os dois países. Em 1890, o governo de Londres faz um ultimato para que Portugal retirasse suas tropas das áreas reivindicada pelo império britânico. O governo de Lisboa cedeu e assinou o Tratado Anglo-Lusitano de 1891⁵⁸. Tal fato levou a uma forte reação em diferentes esferas da sociedade portuguesa, o que intensificou o questionamento quanto ao regime e serviu para impulsionar o republicanismo na metrópole⁵⁹.

No entanto, o conceito de república ganhava novos matizes no império colonial africano. Em meio ao processo de perda de independência das populações locais, a um crescente processo de segregação, a expropriação de terras para agricultura exportadora e a utilização de formas de trabalho compulsórias, as ideias republicanas aproximavam-se dos ideais de liberdade⁶⁰. Ao mesmo tempo que representavam a busca por desenvolvimento econômico, melhorias educacionais, igualdade de condições entre sujeitos vindos da metrópole, afro-portugueses e populações locais, simbolizam a crítica a inoperância e a corrupção das autoridades coloniais. Em última análise traduziam a busca pela emancipação política⁶¹.

⁵⁶ BIRMINGHAM, David. *História concisa de Portugal*. São Paulo: EDIPRO, 2015.

⁵⁷ BIRMINGHAM, David. *História concisa de Portugal*. São Paulo: EDIPRO, 2015.

⁵⁸ M'BOKOLO, Elikia. *África Negra: história e civilização*. Salvador: Edfuba / São Paulo: Casa das Áfricas, 2011.

⁵⁹ BIRMINGHAM, David. *História concisa de Portugal*. São Paulo: EDIPRO, 2015.

⁶⁰ CARVALHO, S.; *História de Moçambique: Agressão Imperialista (1886-1930)*. Departamento de História da Universidade Eduardo Mondlane e Revista Tempo. Vol. 2, Maputo: 1983.

⁶¹ RIBEIRO, Maria Cristina Portella. *Ideias republicanas na consolidação de um pensamento angolano urbano (1880 c.- 1910 c.): convergência e autonomia*. (Dissertação). Mestrado. 147f. Universidade de Lisboa. Faculdade de Letras. Departamento de História, 2012.

No caso específico da Província Ultramarina de Moçambique, que possuía apenas dois deputados nas Cortes de Lisboa⁶², a imagem de uma federação republicana era poderosa. O Estado colonial moderno, simbolizado pela organização de uma administração colonial estruturada, só fora implantado na década de 1870, após o reforço do poderio militar na região. Buscava-se garantir a atuação de empresas compostas predominantemente por capital misto, tanto português quanto estrangeiro. Isto contribuiu para a modernização econômica sob uma perspectiva liberal e sem fugir ao rigoroso controle do poder central⁶³.

Formada por uma sociedade dividida entre populações não-indígenas – com situação jurídica similar às da metrópole – e indígenas, submetidas aos estatutos próprios – não havia em Moçambique partidos políticos organizados⁶⁴. O interior do país era palco de grandes campanhas militares de conquista, muitas das vezes caras e inconclusivas. Arrastavam-se as guerras contra os povos de Barué, da Zambézia e especialmente o Reino de Gaza⁶⁵. Mesmo neste ambiente, os debates entre republicanos e monarquistas fez-se presente. Periódicos repercutiam aspectos do ideário republicano, especialmente em Maputo (então Lourenço Marques, capital da província). Degredados esquerdistas vindos da metrópole e mesmo populações locais integradas à cultura portuguesa demonstravam sua pouca fé no regime de Carlos I⁶⁶.

As notícias acerca da queda da monarquia brasileira foram recebidas de forma otimista pelos colonos luso-africanos e representou em muitos casos um paradigma de desenvolvimento possível para além da égide do colonialismo português. Um jornal em Luanda, Angola, afirmava:

Um imperador se pôz a testa dos destinos brasileiros. Mas o genio fecundo dos vultos de avançadas ideias, não parou alli, porque esse governo não

⁶² FONSECA, Isadora de Ataíde. GARCIA, José Luís. A imprensa e a emergência do jornalismo no Moçambique monárquico. In: *Revista Brasileira de História da Mídia*. Vol.3, n.1, jan. – jun. 2014.

⁶³ CAPELA, J.; A imprensa de Moçambique até à independência, 1854-1974, in *Moçambique pela sua História*, José Capela. V.N. Famalicão, Edições Húmus, 2010.

⁶⁴ FONSECA, Isadora de Ataíde. GARCIA, José Luís. A imprensa e a emergência do jornalismo no Moçambique monárquico. In: *Revista Brasileira de História da Mídia*. Vol.3, n.1, jan. – jun. 2014.

⁶⁵ NEWITT, Malyn. “7. Moçambique”. In: ALEXANDRE, Valentin. DIAS, Jill. (Coord.). *Nova História da Expansão Portuguesa*. O Império Africano (1825-1890). Vol. X. Lisboa: Editora Estampa, 1998.

⁶⁶ FONSECA, Isadora de Ataíde. GARCIA, José Luís. A imprensa e a emergência do jornalismo no Moçambique monárquico. In: *Revista Brasileira de História da Mídia*. Vol.3, n.1, jan. – jun. 2014.

satisfazia as exigências do século. A aspiração exigiu uma liberdade mais completa. (...) Abençoado país, feliz povo⁶⁷.

Desde o envio de condenados na Inconfidência Mineira de 1789 e na Revolução Pernambucana de 1817, a presença de luso-brasileiros nas colônias africanas era entendida como um fator de desestabilização, especialmente pelo governo-geral de Luanda. Presentes tanto em irmandades religiosas quanto em sociedades maçônicas, muitos de seus membros foram vetores de circulação de ideias emancipacionistas ou mesmo republicanas⁶⁸, porém também atuaram como aliados do poder colonial lusitano⁶⁹. Assim, ao desejar sucesso à causa florianista Francisco Dullio expressava sua compreensão da república brasileira como um sinal à própria monarquia portuguesa e em última análise à Província de Moçambique.

Esse aparente orgulho em representar a república brasileira naquelas paragens ficava patente em outros ofícios emitidos pelo vice-cônsul. O final do ano de 1897, o Brasil vivenciava o aprofundamento da crise econômica e a vitória amarga na Guerra de Canudos (1896-1897). Em janeiro de 1898, como parte dos votos de Ano Novo, Dullio afirmava: “(...) prosperidades e futuro de glórias da Grande República cujos interesses comerciais tenho aqui a honra de representar”⁷⁰.

Tal interesse e conexão, seguiriam ativos. Como que complementando o comunicado no ofício anterior ele enviou outra, na mesma data ele comentava acerca da tentativa de assassinato do Presidente Prudente de Moraes

Tomo sincera parte do luto nacional da Grande República, e ao mesmo tempo congratulo-me com o nobre povo brasileiro por ter ficado illeso o Sr. Presidente da República (...) ⁷¹.

⁶⁷ A república brasileira, O Futuro de Angola, nº 141, 13/1/1890, apud RIBEIRO, Maria Cristina Portella. *Ideias republicanas na consolidação de um pensamento angolano urbano (1880 c.-1910 c.): convergência e autonomia*. (Dissertação). Mestrado. 147f. Universidade de Lisboa. Faculdade de Letras. Departamento de História, 2012, p. 70.

⁶⁸ RIBEIRO, Maria Cristina Portella. *Ideias republicanas na consolidação de um pensamento angolano urbano (1880 c.-1910 c.): convergência e autonomia*. (Dissertação). Mestrado. 147f. Universidade de Lisboa. Faculdade de Letras. Departamento de História, 2012.

⁶⁹ FERREIRA, Roquinaldo. *Cross Cultural Exchange in Atlantic World: Angola and Brazil during the era of the Slave trade*. New York: Cambridge University Press, 2012.

⁷⁰ Francisco Antonio Dullio Ribeiro. Ofício. 12/01/1898. Ofício do vice-cônsul em Quelimane ao Diretor Geral do Ministério. AHI:252/4/6, Arquivo Histórico do Itamaraty.

⁷¹ Francisco Antonio Dullio Ribeiro. Ofício. op. cit.

Em novembro de 1897, em uma cerimônia de recepção do comandante da última expedição ao arraial de Canudos, no arsenal da guerra no Rio de Janeiro, ocorreu um atentado contra o presidente da república. Um dos soldados sai da formação, sacou uma arma e atirou contra o chefe do governo, o revólver falhou, daí empunhou a espada. O ministro da guerra, se colocou a frente de Prudente de Moraes e foi morto. As investigações revelaram que o autor dos disparos, o militar Marcelino Bispo de Mello, era um florianista radical e o relacionou a uma conspiração que envolvia jacobinos e aliados do vice-presidente Manuel Vitorino (1853-1902).

Ao mesmo tempo em que Dullio compartilhava do lamento pelo ocorrido, demonstrava alívio pelo presidente da república ter saído ileso. A sobrevivência de Prudente de Moraes ao atentado e o envolvimento de grupos radicais serviu para impulsionar a candidatura do civil Campos Sales. Sua eleição tinha o apoio da oligarquia cafeeira paulista e serviu de pretexto para uma maior repressão dos militares florianistas e radicais jacobinos. Sua vitória pôs fim à crise político-institucional que se arrastava desde o estabelecimento da república e significou o início da chamada Política dos Governadores.

A atenção do vice-cônsul brasileiro em Moçambique para com os acontecimentos em torno da consolidação do regime republicano no Brasil permite pensar que, apesar da extinção do tráfico humano na década de 1850 gerarem um distanciamento profundo entre os dois países, algumas continuidades e vínculos, ainda que tênues, podem ser vistos. O passado comum destes dois mundos, geográfica e politicamente tão distantes, poderiam ajudar na compreensão de seu papel no mundo da Era dos Impérios⁷².

Entre a velha monarquia e a nova república

Contudo, a realidade não necessariamente é contínua. Muitas das vezes formada por elementos que se sobrepõe sem uma razão aparente⁷³. Os posicionamentos e deslocamentos dos sujeitos em um determinado espaço social, assim como seus discursos, devem ser analisados dentro de seu contexto cultural específico⁷⁴. O apresso do vice-cônsul Francisco Dullio à causa republicana brasileira, expressado de forma intensa nos ofícios

⁷² HOBBSAWM, Eric J. *A Era dos Impérios*. 13 ed. São Paulo – SP: Paz e Terra, 2011.

⁷³ BOURDIEU, Pierre. “A Ilusão Biográfica”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janáina. *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, [1989] 2006, p. 183-191.

⁷⁴ SAHLINS, Marshall. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, [1981] 2004; POCOCK, John Greville Agard. *Linguagens do Ideário Político*. São: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

encaminhados a Secretaria de Estado do Rio de Janeiro, apresenta-se de forma distinta à sua atuação política na cidade portuária de Quelimane.

Em junho de 1895, o jornal lisboeta “Commercio de Portugal”, trouxe na coluna intitulada “Homenagem”, a notícia do tributo prestado pela Câmara Municipal de Quelimane, ao Comandante Augusto de Castilhos, antigo governador-geral de Moçambique e responsável pelo resgate dos amotinados da Revolta da Armada. Na sessão extraordinária de 04 de abril de 1895, o órgão legislativo prestava seu tributo ao heroísmo ao oficial da marinha portuguesa e chamava a atenção para o “mal entendido” entre os governos do Rio de Janeiro e de Lisboa. Francisco Dullio era membro da Mesa Diretora da Câmara e um dos signatários da homenagem. O periódico publicou a Ata da Seção nos seguintes termos:

Constou a câmara municipal que dôra julgada improcedente a accusação que era feita a s. ex^a o sr. Conselheiro Augusto de Castilho, na qualidade de comandante que foi da esquadra portuguesa ao tempo da guerra civil dos Estados Unidos do Brazil. E a mesma câmara congratulou-se com este acontecimento e considerando quanto a província de Moçambique, e particularmente a Zambezia, devem á intelligência, valor e patriotismo de s. ex.^a, quando governador geral d’esta província, se pode apontar aos seus successores, como modelo por d’ella ter derivado o credito e o respeito da soberania portugueza n’esta parte d’Africa; foi unanimemente deliberado que fossem manifestados a s. ex^a os sentimentos de congratulação da câmara, como representa do municipio, enviando-se-lhe copia da presente acta e affirmando a s. ex.^a a satisfação que a todos causou a decisão do nobre tribunal que o julgou⁷⁵.

A ação de resgate dos amotinados em embarcações portuguesas não foi uma unanimidade entre as autoridades envolvidas. O representante português no Rio de Janeiro, Conde de Paraty, assim como Neves Ferreira, o ministro da Marinha, e Hintze Ribeiro, ministro dos Negócios Estrangeiros e presidente do Conselho de Ministros de Portugal, não chegaram a um consenso sobre o resgate⁷⁶. Após o ocorrido, Castilho foi levado a julgamento pelo Conselho de Guerra português, formado predominantemente por oficiais da marinha. As acusações foram consideradas improcedentes e não provadas, logo foi absolvido⁷⁷.

⁷⁵ COMMERCIO DE PORTUGAL, nº 4.774. XVII ano. Lisboa: sexta-feira, 28 de junho de 1895, capa.

⁷⁶ SANTOS JÚNIOR, João Júlio Gomes dos. A intervenção estrangeira na Revolta da Armada: a polémica entre Joaquim Nabuco e Felisbelo Freire. In: SILVA, Giselda Brito; MATOS, Júlia Silveira; SCHURSTER, Karl. *Campos da Política: Discursos e Práticas*. São Paulo: LP-Books, 2012.

⁷⁷ FREIRE, João. *Augusto Castilho e a revolta da Marinha Brasileira em 1893-94*. Lisboa: Academia de Marinha, 2018.

Em um outro ponto, o texto da homenagem prestada pela Câmara de Quelimane analisava a oposição de uma das autoridades portuguesas responsáveis pelo julgamento de Castilho:

Infelizmente, porém, o seu acto patriótico foi mal interpretado pelo sr. Comissário régio, (...) argumentando que elle tomara deliberações absolutamente extranhas à sua competência administrativa e havia feito manifestações e apreciações de caracter político⁷⁸.

A Câmara de Quelimane, assim como o tribunal, considerava incongruente a denúncia de que o oficial da marinha portuguesa tivesse interferido em assuntos internos do Estado brasileiro e reforçava o coro daqueles que consideravam aquele ato como uma expressão de humanidade. Aproveitando-se da oportunidade, os oradores da homenagem conectam o valor do Capitão Augusto de Castilho a sua lealdade e empenho à causa colonial portuguesa na África Oriental, tão combatida após o episódio do Ultimato britânico de 1890. Assim, os conflitos em torno da consolidação do regime republicano no Brasil se encontravam com a causa colonial portuguesa na África.

O oficial português que tantas controvérsias criou era Augusto Vidal de Castilho Barreto e Noronha (1841-1912), ou Augusto Castilho, nome pelo qual ficou notabilizado na historiografia brasileira. Ele foi um oficial da marinha. Iniciou sua carreira na Escola Naval em Lisboa e atuou em diferentes pontos do império português como Angola, Índia e Moçambique – onde foi governador geral por aproximadamente quatro anos. Chegou a ser ministro da Ministério da Marinha e Ultramar em 1908, no gabinete de Francisco Ferreira do Amaral⁷⁹, instalado pelo governo de Manuel II após o assassinato do rei português Carlos I e seu herdeiro Luís Felipe.

Em Moçambique, Castilho se notabilizaria por comandar a ofensiva colonial rumo a áreas ao norte e ao interior da África Oriental. Foi durante seu governo que se organizou operações navais buscando controlar a baía de Tungue – próximo à fronteira atual com a Tanzânia – assim como expedições de modo a inibir a ação dos traficantes de pessoas e combatendo incursões do Sultanato de Zanzibar, protetorado britânico ao sul da atual Tanzânia. No interior, construiu a primeira estrada de ferro da região e chefiou campanhas de guerra na região da Zambézia, desrespeitando a tradicional política de “prazos”⁸⁰, em

⁷⁸ COMMERCIO DE PORTUGAL, nº 4.774. XVII ano. Lisboa: sexta-feira, 28 de junho de 1895, capa.

⁷⁹ FREIRE, João. *Augusto Castilho e a revolta da Marinha Brasileira em 1893-94*. Lisboa: Academia de Marinha, 2018.

⁸⁰ Prazos, em linhas gerais era o sistema de arrendamento de terras tidas como da coroa portuguesa cujo uso era cedido a arrendatários mediante pagamento de tributos. Prática muito difundida no vale do Rio Zambeze, na região norte e central do atual território moçambicano. Surgida no século XVI, apresentou diferentes configurações jurídicas nos trezentos anos seguintes. Suas origens remetem a práticas ibéricas conjugadas com costumes árabes e outros

desacordo com as ordens vindas de Lisboa, o que acarretou sua demissão do cargo de governador-geral⁸¹.

Em 1886, Augusto de Castilhos, emitiu uma Portaria Provincial buscando regulamentar a cobrança do *Mussoco*, nos Prazos. Apesar de oficialmente extinta, a norma determinava que todos os homens aptos deveriam pagar uma taxa, seja em espécie seja por meio de trabalho nas lavouras. Tal medida vinha de encontro tanto da necessidade de uma maior arrecadação fiscal por parte do Governo-Geral de Lourenço Marques, seja como forma de promover a produção de gêneros para exportação, especialmente sisal e cana-de-açúcar⁸².

A partir da segunda metade do século XIX, as novas características do Capitalismo impunham o engajamento de intensa força de trabalho nas novas colônias. A opção adotada foi a sujeição por artifícios jurídicos e sociais que em muito se aproximavam do trabalho escravo⁸³, e a medida de Castilhos vinha de encontro a esta premissa. Desta forma, elogiar a ação de Castilho a frente do governo colonial de Moçambique, significava àquela altura, elogiar a própria política colonial portuguesa de expansão na África Oriental e o que ela representava.

Apesar disto, este expansionismo lusitano no leste da África enfrentava antagonistas poderosos. Passado o sonho da interconexão entre as possessões de Angola e Moçambique, expressadas pelo “Mapa Cor-de-rosa”, a colônia de Moçambique se apresentava como um domínio premido pela ameaça da *British South Africa Company* de Cecil Rhodes ao sul e dos alemães que ocupavam a Tanzânia ao norte. Ao mesmo tempo havia os reinos africanos, especialmente o chamado Império Gaza, que ocupavam o centro sul do território moçambicano, e os reinos afro-islâmicos do litoral, próximo à fronteira da Tanzânia e mesmo o Sultanato de Zanzibar⁸⁴.

próprios da África Oriental. Criado como forma de vincular os colonos à terra acabaram se tornando instrumento de poder econômico, social e político para seus detentores que tinham o direito de cobrar diferentes formas de tributação em espécie ou em serviços daqueles que vivessem sob seu território. A medida que uma maior organização administrativa e a necessidade de maior arrecadação tributária impeliam ao império colonial português a controlar mais diretamente o território a prática vai entrando em desuso. Ver CAPELA, J. José. *Donas, Senhores e Escravos*. Porto: Afrontamento, 1995; NEWITT, Malyn. *Portuguese settlement on the Zambesi: Exploration, Land Tenure and Colonial Rule in East Africa*. Londres: Longman, 1973; CARVALHO, S.; *História de Moçambique: Agressão Imperialista (1886-1930)*. Departamento de História da Universidade Eduardo Mondlane e Revista Tempo. Vol. 2, Maputo: 1983.

⁸¹ FREIRE, João. *Augusto Castilho e a revolta da Marinha Brasileira em 1893-94*. Lisboa: Academia de Marinha, 2018.

⁸² CARVALHO, S.; *História de Moçambique: Agressão Imperialista (1886-1930)*. Departamento de História da Universidade Eduardo Mondlane e Revista Tempo. Vol. 2, Maputo: 1983.

⁸³ ZAMPARONI, Valdemir. *De escravo a cozinheiro: colonialismo & racismo em Moçambique*. 2ª Ed. Salvador: EDUFBA. CEAO, 2012.

⁸⁴ NEVES, Olga Iglésias. 5. Moçambique. In: In: MARQUES, A. H. de Oliveira. (Coord.). *Nova história da expansão portuguesa. O Império Africano. 1890-1930*. Lisboa: Estampa, 1998, p. 469-584.

O período entre o final do século XIX e primeiras décadas do século XX foram determinantes para o futuro do III Império Português por representar o esforço do governo metropolitano de transformar domínios dispersos e antiquados em colônias organizadas e com modelos de gestão próximo aquele empregado por potências como Grã-Bretanha e França. Tudo isso à custa da violência contra as múltiplas identidades e consciências locais assim como da expropriação de grandes parcelas de seus territórios para atuação de companhias comerciais. Assim, buscava-se sair de um imperialismo “não-econômico”, por um neocolonialismo que aprofundasse a inserção da região no capitalismo internacional ainda que com falhas, hesitações, recuos e abandonos⁸⁵.

Iniciativas Brasil – Moçambique

Francisco Antonio Dullio só recebeu o reconhecimento de seu *status* de vice-cônsul em junho de 1905 – depois da saída oficial de José Pereira de Carvalho do cargo – ainda que o primeiro desempenhasse efetivamente as funções desde 1898⁸⁶. Contudo, José Pereira de Carvalho e Francisco Antonio Dullio não foram os primeiros representantes consulares brasileiros na África Oriental, e nem seriam os últimos. Eles foram os sucessores do cônsul João Luís Airoza, nomeado em 1827 e sediado na Ilha de Moçambique, o qual nunca fora reconhecido pelas autoridades portuguesas⁸⁷. Estes agentes consulares nomeados nas últimas décadas dos oitocentos representaram um esforço de retomada dos contatos após a abertura dos portos da região de Moçambique ao comércio internacional.

A região – importante na primeira metade do século XIX dentro do contexto do tráfico de pessoas em situação de escravidão⁸⁸ – também foi palco de fluxos e refluxos forçados ou espontâneos de pessoas, produtos, culturas e ideias com o Brasil⁸⁹. Tais

⁸⁵ MARQUES, António Henrique Rodrigo de Oliveira. (Coord.). Introdução. In: MARQUES, António Henrique Rodrigo de Oliveira (Coord.). *Nova história da expansão portuguesa. O Império Africano. 1890-1930*. Lisboa: Estampa, 1998, p. 19-94.

⁸⁶ Joaquim Tomás do Amaral, Visconde de Cabo Frio. Despacho. 06/06/1905. Minuta de despacho do Diretor-Geral do Ministério a Francisco Antonio Dullio Ribeiro, vice-cônsul em Quelimane. AHI:252/4/6, Arquivo Histórico do Itamaraty.

⁸⁷ FERREIRA, Frederico Antonio. O Brasil Império e as possessões portuguesas na África Oriental: a perspectiva índica do tráfico atlântico de escravos. In: *Revista Ars Historica*, nº16, p. 59-80, Jan/Jun 2018; GUIZELIN, Gilberto da Silva. Uma luz sobre as relações Brasil-Moçambique no Oitocentos: a Missão Consular de João Luiz Airoza (1827-1828). In: *Revista de História/Departamento de História-USP*, 2019.

⁸⁸ FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico entre a África e o Rio de Janeiro, séculos XVII e XIX*. 5. ed. São Paulo: Editora da Unifesp, 2020.

⁸⁹ FERREIRA, Frederico Antonio. O Brasil Império e as possessões portuguesas na África Oriental: a perspectiva índica do tráfico atlântico de escravos. In: *Revista Ars Historica*, nº16, p. 59-80, Jan/Jun 2018; GUIZELIN, Gilberto da Silva. Uma luz

contatos criaram vínculos profundos e complexos que dificilmente seriam extintos pela força da lei. Esta perspectiva é suscitada por diversos autores para o mundo Atlântico, contudo, diante da presença de populações oriundas da África Oriental dentre os diferentes grupos expatriados para o Brasil, torna-se possível pensar de modo a transcender a essa perspectiva e levando-se em conta a África Oriental neste processo.

A proximidade do vice-cônsul Francisco Dullio dos temas relacionados ao Brasil, o envolvimento do ex-governador moçambicano no episódio da Revolta da Armada, assim como as repercussões do fato na Câmara de Quelimane, mostram que apesar da distância geográfica e dos contextos históricos distintos, houve sutis permanências nos contatos entre os dois países. A região de Moçambique, que se notabilizou na historiografia brasileira como ligada do tráfico de pessoas para a escravidão no século XIX, recebeu poucas menções após 1850. No entanto, os poucos registros diplomáticos em torno das representações consulares nas cidades portuárias da África Oriental permitem uma leitura de conjunto.

A diretoria geral do Ministério das Relações Exteriores da república – então chefiada pelo Visconde de Cabo Frio – enviou despachos aos agentes consulares à serviço do Brasil dando instruções para que estes se esforçassem por encontrar meios de se intensificar ações de comércio entre as duas regiões. Exemplo disso pode ser visto quando dos despachos de maio e junho de 1894, informando sobre a possibilidade de envio de produtos diretamente das colônias para o Brasil⁹⁰. O próprio Francisco Dullio sugeriu, em 1898, o envio de “Agentes Comerciais” brasileiros para cidades como Lourenço Marques e Beira, assim como faziam outros países como Estados Unidos e Alemanha⁹¹.

Para além das representações consulares, os registros permitem conhecer alguns outros brasileiros atuando em diferentes pontos da África Oriental Portuguesa. Há menções em 1898, na cidade de Beira, de uma casa de produtos importados do Brasil, formado por 04 sócios, todos brasileiros⁹². Em Maputo – Lourenço Marques – havia também referência de um estabelecimento comercial de importação de produtos nacionais.

sobre as relações Brasil-Moçambique no Oitocentos: a Missão Consular de João Luiz Airoza (1827-1828). In: *Revista de História/Departamento de História-USP*, 2019.

⁹⁰ Joaquim Tomás do Amaral, Visconde de Cabo Frio. Despacho. 29/05/1894. Minuta de despacho do Diretor-Geral do Ministério a Francisco Antonio Dullio Ribeiro, vice-cônsul em Quelimane. AHI:252/4/6, Arquivo Histórico do Itamaraty. Joaquim Tomás do Amaral, Visconde de Cabo Frio. Despacho. 28/06/1894. Minuta de despacho do Diretor-Geral do Ministério a Francisco Antonio Dullio Ribeiro, vice-cônsul em Quelimane. AHI:252/4/6, Arquivo Histórico do Itamaraty.

⁹¹ Francisco Antonio Dullio Ribeiro. Ofício. 15/12/1898. Ofício do vice-cônsul em Quelimane ao Diretor Geral do Ministério. AHI:252/4/6, Arquivo Histórico do Itamaraty.

⁹² Francisco Antonio Dullio Ribeiro. idem.

Esta era composta por 07 sócios e 12 funcionários, todos também brasileiros⁹³. O vice-cônsul em Quelimane informava ainda ter concedido ajuda a cidadão brasileiro, vindo de Portugal para trabalhar em Moçambique em uma empresa da área de comércio e agricultura. Diante de sua demissão da firma necessitava de ajuda para retornar ao Brasil⁹⁴. Apesar de representarem um quantitativo muito pequeno frente aos números gerais do comércio exterior brasileiro e um percentual baixo dos fluxos populacionais da possessão portuguesa, tais movimentos fornecem pistas sobre os contatos existentes entre os dois países e são um estímulo para pesquisas futuras tanto no Brasil quanto em Moçambique.

Na esfera política, na década de 1920, o governo brasileiro instalou novas repartições consulares em diferentes pontos do litoral moçambicano como Maputo e Beira – cidades já mencionadas como contendo alguma atuação comercial de brasileiros na virada do século. Durante o governo de Epiácio Pessoa (1919-1922), criou-se um vice-consulado na Beira, ao sul de Moçambique, chefiado por Jayme Krusz, em 1921⁹⁵. No ano seguinte, instituiu-se a representação brasileira em Lourenço Marques, chefiado por Leon Cohen⁹⁶. Esse último esforçou-se por informar a Secretaria de Estado quanto a movimentação comercial do porto da capital moçambicana entre os anos de 1917 a 1921⁹⁷. Por iniciativa própria, buscou estabelecer contato com empresas brasileiras que poderiam exportar para África Oriental Portuguesa, assim como casas comerciais africanas que poderia comercializar produtos brasileiros⁹⁸. Neste mesmo espírito intermediou a negociação de dormentes de ferrovias para as áreas meridionais da colônia portuguesa e o Transvaal⁹⁹.

⁹³ Francisco Antonio Dullio Ribeiro. *ibidem*.

⁹⁴ Francisco Antonio Dullio Ribeiro. Ofício. 23/07/1900. Ofício do vice-cônsul em Quelimane ao Diretor Geral do Ministério. AHI:252/4/6, Arquivo Histórico do Itamaraty.

⁹⁵ Jayme Emílio dos Santos Krusz Gomes. Ofício. 06/02/1921. Ofício do cônsul a Secretaria de Estado das Relações Exteriores. AHI: 252/4/6, Arquivo Histórico do Itamaraty.

⁹⁶ Leon Cohen. Ofício. 07/01/1922. Minuta de despacho para o cônsul em Lourenço Marques. AHI: 252/4/6, Arquivo Histórico do Itamaraty.

⁹⁷ Leon Cohen. Ofício. 26/03/1923. Minuta de despacho para o cônsul em Lourenço Marques. AHI: 252/4/6, Arquivo Histórico do Itamaraty.

Leon Cohen. Ofício. 20/11/1923. Minuta de despacho para o cônsul em Lourenço Marques. AHI: 252/4/6, Arquivo Histórico do Itamaraty.

⁹⁸ Leon Cohen. Ofício. 07/09/1922. Minuta de despacho para o cônsul em Lourenço Marques. AHI: 252/4/6, Arquivo Histórico do Itamaraty.

⁹⁹ Leon Cohen. Ofício. 28/11/1922. Minuta de despacho para o cônsul em Lourenço Marques. AHI: 252/4/6, Arquivo Histórico do Itamaraty.

Leon Cohen. Ofício. 10/01/1923. Minuta de despacho para o cônsul em Lourenço Marques. AHI: 252/4/6, Arquivo Histórico do Itamaraty.

Leon Cohen. Ofício. 23/06/1923. Minuta de despacho para o cônsul em Lourenço Marques. AHI: 252/4/6, Arquivo Histórico do Itamaraty.

Apesar disso, apesar dos esforços de Cohen, a pouca arrecadação de emolumentos, por falta de fluxos populacionais e de produtos entre os dois países, assim como as dificuldades logísticas aprofundavam as distancias. Durante a I Guerra (1914-1918), o cônsul brasileiro em Quelimane definia a relação entre Brasil e Moçambique nos seguintes termos:

Por enquanto [sic], o commercio entre o Brazil e esta Colonia Portuguesa é nullo, principalmente, devido á ausência completa d'uma linha direta de vapores e também devido á situação anormal que o Mundo está atravessando¹⁰⁰.

Esta perspectiva apresentada pelo agente consular, transmite a ideia de ausência de contatos políticos e econômicos significativos, o que enfatizaria a ruptura das relações entre os dois países. Tal ponto de vista se tornou predominante na historiografia tradicional brasileira, e porque não dizer para todo o continente africano, durante o período entre 1889 a 1930. No entanto, trajetórias como a dos agentes consulares Francisco Dullio, a circulação de notícias e ideias e mesmo a existências destas firmas formadas por brasileiros na Moçambique da virada dos séculos XIX e XX expressam estas permanências e continuidades.

Desta forma, podemos considerar que as relações políticas, econômicas e sociais entre o Brasil e as possessões portuguesas na África Oriental nunca deixaram de existir e que apesar de não serem oficialmente registradas nem de figurarem no foco dos interesses dos pesquisadores brasileiros ou brasilianistas, mantiveram-se ativos, ainda que sutilmente, sob diferentes formas, se valendo de outros caminhos que não os mais óbvios ou perceptíveis à primeira vista.

Recebido em 28 de junho de 2022
Aceito em 13 de julho de 2022

¹⁰⁰ Autor não identificado. 16/05/1917. Ofício do cônsul brasileiro em Quelimane para o diretor geral dos negócios econômicos e consulares. AHI: 252/4/6, Arquivo Histórico do Itamaraty.